

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)**

**A INCLUSÃO E A VALORIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM CONTEXTUALIZADA
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): PERCEPÇÕES DE PROFESSORES
DE UMA ZONA RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Maria Naionara de Souza¹

RESUMO

Este estudo analisou, a partir da percepção de professores, como a aprendizagem contextualizada contribui para a inclusão e valorização dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola da zona rural de Santana do Matos, região central do Rio Grande do Norte (RN). A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa qualitativa de campo, fundamentada em revisão bibliográfica e na aplicação de questionário on-line a três professores da modalidade. As respostas foram examinadas por meio da técnica de análise de conteúdo temática, permitindo identificar percepções, desafios e estratégias de contextualização no ensino da EJA. Os resultados evidenciam que os professores compreendem a aprendizagem contextualizada como prática indispensável ao desenvolvimento individual, à transformação social e à valorização da experiência de vida dos estudantes. Entre os principais desafios relatados destacam-se a ausência de materiais didáticos adequados, a carência de formações específicas, as limitações de infraestrutura e a heterogeneidade dos níveis de escolaridade dos alunos. Conclui-se que a aprendizagem contextualizada configura-se como ferramenta essencial para a inclusão e valorização dos alunos da EJA, potencializando engajamento, permanência e construção de uma identidade crítica e participativa. Contudo, sua consolidação permanece limitada por obstáculos estruturais e pela falta de formação continuada específica aos educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem contextualizada; EJA; Zona rural; Professores.

ABSTRACT

This study analyzed, from the perspective of teachers, how contextualized learning contributes to the inclusion and appreciation of students in Youth and Adult Education (EJA) at a rural school in Santana do Matos, located in the central region of Rio Grande do Norte (RN), Brazil. The methodology consisted of a qualitative field study supported by a literature review and the application of an online questionnaire to three teachers working in this modality. The responses were examined using thematic content analysis, which enabled the identification of perceptions, challenges, and contextualization strategies in EJA teaching. The results show that teachers understand contextualized learning as an essential practice for individual development, social transformation, and the recognition of students' life experiences. The main challenges reported include the lack of adequate teaching materials, the scarcity of specific professional

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* de Angicos (CMA), Departamento de Ciências Humanas (DCH); E-mail: maria.souza80223@alunos.ufersa.edu.br; Orientador: Professor Doutor Francisco Aedson de Souza Oliveira, vinculado ao DCH/CMA.

development opportunities, infrastructure limitations, and the heterogeneity of students' educational backgrounds. It is concluded that contextualized learning is an essential tool for the inclusion and appreciation of EJA students, fostering engagement, retention, and the construction of a critical and participatory identity. However, its consolidation remains limited by structural obstacles and the lack of specific continuous training for educators.

KEYWORDS: Contextualized learning; Youth and Adult Education (EJA); Rural area; Teachers.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos rurais², onde as particularidades socioculturais dos estudantes demandam abordagens pedagógicas específicas. A aprendizagem contextualizada, que busca integrar o conhecimento formal à realidade dos alunos, emerge como uma estratégia pedagógica promissora, para promover a relevância e o significado da aprendizagem a partir de práticas que se aproximam das vivências e das necessidades reais dos educandos. Esse modelo não apenas facilita a compreensão dos conteúdos, mas também cria um ambiente de aprendizagem motivador e significativo. Ao valorizar a cultura local e aplicar práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos estudantes, é possível fomentar um ensino que respeite e incorpore às suas particularidades, de modo a se sentirem representados, possibilitando assim que sintam-se motivados a permanecer em seu processo formativo.

Com base nisso, Munarim (2014) corrobora apontando que o aprendizado contextualizado voltado a este público dos espaços rurais, é um aspecto crucial das políticas públicas, ao passo que ressalta a sua importância para a cidadania e a inclusão social. No entanto, a implementação dessa abordagem na EJA enfrenta diversas dificuldades, como a escassez de recursos e a ausência de formação docente adequada; além da rigidez curricular, que não consegue se articular com a cultura local, o que acaba desencadeando um ensino aprendizagem descontextualizado. Portanto, a ação pedagógica na EJA exige um profissional preparado, que adote e aplique metodologias diversificadas, as quais se diferem das outras modalidades de ensino, distanciando-se da mera reprodução da forma e do que é trabalhado na educação regular (Munarim, 2014).

² Informa-se, em princípio, que este estudo não se propõe a discutir a Educação do Campo como concepção pedagógica. Ainda que a investigação ocorra em uma escola situada na zona rural de Santana do Matos (RN), seu foco está nos desafios enfrentados por professores da EJA na e para a implementação e valorização da aprendizagem contextualizada, conforme suas próprias percepções.

Neste cenário, a aprendizagem contextualizada se destaca como uma abordagem pedagógica fundamental, buscando integrar o conhecimento a realidade dos alunos, promovendo a justiça social e o enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil. A valorização das experiências e dos saberes locais são essenciais para a construção de um ambiente de aprendizado mais significativo, capaz de construir um cidadão crítico, reflexivo e atuante na sociedade. Segundo Freire (1987), a educação deve ser um processo de diálogo e conscientização, onde educador e educando, engajam-se em uma prática reflexiva que promove a transformação social.

A partir dessas considerações acerca da aprendizagem contextualizada, que deve ser praticada e incluída no processo de formação dos jovens e adultos, e pensando em uma realidade local específica, surgiu a seguinte problemática: Quais são os desafios enfrentados pelos professores da EJA para a implementação e valorização da aprendizagem contextualizada em uma escola da zona rural de Santana do Matos, localizada na região central do Rio Grande do Norte (RN)?

A partir disso, podemos afirmar que este trabalho se justifica pelo fato de que a EJA, no Brasil, especialmente nas áreas rurais, enfrenta muitos desafios que precisam ser compreendidos de maneira mais profunda a fim de oportunizar e potencializar os olhares para essa modalidade de ensino, que ainda é bastante marginalizada, não somente socialmente, mas também pelos documentos oficiais que propõem perspectivas didático-pedagógicas e metodológicas para a educação básica. Entre eles, podemos citar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual, não possui um lugar específico dedicado a tratar exclusivamente da EJA, conduzindo ao entendimento de que esta deve ser trabalhada a partir das diretrizes voltadas para a educação regular, sem nortear para um trabalho que leve em consideração a realidade dos educandos (Catelli Jr., 2019).

De acordo com Catelli (2019), na segunda versão da BNCC, em 2016, houve uma tentativa de incluir a EJA no contexto curricular, porém, de forma muito superficial, pois onde se lia antes “crianças e adolescentes”, passou-se a “crianças, adolescentes, jovens e adultos”. Portanto, na prática, “[...] essa inclusão só ampliou um problema já existente, pois tornou ainda mais homogêneo o currículo, desconsiderando qualquer especificidade da Educação de Jovens e Adultos” (Catelli, 2019, p. 314). Essa homogeneização do currículo acaba por dificultando cada vez mais a perspectiva de uma aprendizagem contextualizada, haja vista que a seleção de conteúdos pré-estabelecida nem sempre dá conta das especificidades dos sujeitos da EJA e também das peculiaridades dos contextos aos quais estão inseridos.

Cabe ainda destacar como argumento para a escolha deste enfoque, a atuação e experiência observada e adquirida durante o estágio supervisionado na modalidade de ensino EJA, o qual é um componente obrigatório do curso de licenciatura em Pedagogia. A partir dessas vivências foi identificada a necessidade da implementação da aprendizagem contextualizada, haja vista a constatação do desestímulo dos educandos e a dificuldade em compreender os conteúdos e associar as suas vivências e as práticas cotidianas. Destaca-se, nesse sentido, que o foco na aprendizagem contextualizada é inspirado na concepção de Freire (1987), que defende uma educação que liberta e conscientiza, ligando o que se aprende na escola ao cotidiano dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral: Analisar a partir da percepção dos professores como a aprendizagem contextualizada contribui para a inclusão e a valorização dos sujeitos da EJA em uma zona rural de Santana do Matos, região central do RN, considerando suas experiências, saberes e realidades socioculturais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EJA no Brasil: panorama e especificidades

A EJA, configura-se como um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96). Sua importância reside na busca pela inclusão social e a promoção da cidadania, oferecendo oportunidades educacionais a jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização na idade própria ou a abandonaram precocemente. No entanto, a efetivação desse direito enfrenta inúmeros desafios que demandam uma análise aprofundada, ultrapassando a simples constatação de sua existência legal.

A heterogeneidade do público-alvo da EJA é um dos seus principais desafios. A modalidade engloba indivíduos com trajetórias de vida extremamente diversas, desde aqueles que nunca frequentaram a escola até aqueles que possuem algum nível de escolarização, mas interromperam seus estudos por diferentes motivos. Essa diversidade exige uma abordagem pedagógica flexível e adaptável às necessidades e às experiências de cada aluno. A simples transposição de métodos e conteúdo da educação regular, demonstra-se ineficaz, pois ignora as especificidades dos discentes e suas demandas singulares. A experiência de vida prévia, muitas vezes marcada por privações e dificuldades socioeconômicas, deve ser reconhecida e integrada

ao processo de ensino aprendizagem. A valorização dessa experiência, como propõe a pedagogia da EJA, não se limita à mera consideração das histórias individuais, mas implica na construção de um currículo contextualizado e significativo, que estabeleça conexões entre o conhecimento escolar e a realidade vivenciada pelos alunos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma estratégia vital para a inclusão educacional no Brasil, buscando suprir as lacunas deixadas pela educação formal. No entanto, a implementação dessa modalidade enfrenta desafios significativos, conforme evidenciado pela afirmação de que as escolas carecem de recursos materiais, tecnológicos e humanos suficientes para atender a essas necessidades específicas.

A falta de recursos e de infraestrutura adequada é um obstáculo primário na implementação da EJA. As escolas frequentemente apresentam condições precárias, refletindo a formação inadequada dos professores, a insuficiência de materiais didáticos e instalações físicas inadequadas. Essas deficiências comprometem não apenas a qualidade do ensino, mas também a aprendizagem dos alunos, tornando-se um ciclo vicioso de exclusão educacional.

Além das questões estruturais, a localização das escolas desempenha um papel crucial na acessibilidade da EJA. Muitas instituições estão situadas distantes das comunidades onde residem os alunos, o que dificulta o acesso e a permanência nos estudos. Essa realidade é agravada por fatores externos, como a jornada de trabalho extenuante, responsabilidades familiares e dificuldades financeiras, que impactam diretamente a frequência e o rendimento escolar dos estudantes. De acordo com Bicalho (2018) as escolas que estão situadas no campo/zona rural, especialmente aquelas com turmas multisseriadas, enfrentam uma série de dificuldades, como infraestrutura precária e inadequada, ausência de transporte, entre outros fatores, que acabam transformando a experiência pedagógica numa "verdadeira aventura", bem como evidenciando a complexidade e as dificuldades que educadores e alunos encontram nesse contexto.

Estabelecendo um elo entre as reflexões de Bicalho (2018) e Freire (1996), podemos perceber que a busca por condições adequadas nas escolas das zonas rurais não é apenas uma questão logística, mas uma necessidade de reconhecimento da dignidade humana e do direito à educação de qualidade. Assim, a luta pela melhoria das escolas rurais se torna parte de um movimento mais amplo de emancipação, que visa não só a transformação das condições educacionais, mas também a promoção da justiça social e da dignidade para todos os envolvidos. Essa conexão entre as duas citações ressalta a importância de uma abordagem

crítica e humanista na educação, que busca não apenas o aprendizado, mas também a construção de uma sociedade mais justa.

Essa realidade nos leva a refletir sobre a importância da luta pela melhoria das condições de ensino, que é um tema abordado por Paulo Freire. Segundo Freire (1987, p. 30-31):

[...] essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. [...] Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos.

A luta dos oprimidos para recuperar sua humanidade é fundamental, pois não se trata apenas de libertar-se, mas também de restaurar a humanidade dos opressores. Ele afirma que essa luta deve ser um esforço conjunto, onde o poder que emerge da fragilidade dos oprimidos é o único capaz de proporcionar a verdadeira libertação. Além disso, a contextualização deve estar atenta às diferentes dimensões da vida dos alunos, mobilizando suas experiências pessoais, sociais e culturais. Desse modo, a habilidade de transferir conhecimentos para novas situações é fundamental para a construção de um aprendizado duradouro e significativo.

A inclusão e a valorização da aprendizagem contextualizada na educação de jovens e adultos em zonas rurais do RN são essenciais para a formação de cidadãos críticos e participativos. Através da contextualização, os educadores têm a oportunidade de transformar suas práticas pedagógicas, utilizando as particularidades das comunidades como alicerces para um ensino mais eficaz. Assim, a educação não apenas cumpre seu papel social, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde o conhecimento é visto como um recurso que se aplica e se transforma nas diversas realidades dos alunos.

Com isso, a EJA enfrenta o desafio da articulação com as políticas públicas de outras áreas, como saúde, trabalho e assistência social. A integração de ações intersetoriais é fundamental para garantir o sucesso da EJA, pois muitos dos alunos enfrentam problemas sociais e econômicos que influenciam diretamente seu desempenho escolar. A falta de articulação entre os diferentes setores governamentais impede a criação de um sistema de apoio integrado que permite dar conta das especificidades que a modalidade exige ou que se faz necessário para que ocorra com qualidade. A construção de parcerias com organizações da sociedade civil também se apresenta como uma estratégia importante para ampliar o acesso e a permanência dos alunos.

É válido acrescentar, nesse sentido ainda, que a EJA também possui uma série de desafios que exige uma abordagem multifacetada e integrada. A superação desses obstáculos demanda investimentos em infraestrutura, formação de professores, materiais didáticos adequados, e, sobretudo, uma mudança de paradigma que reconheça a importância da experiência de vida dos alunos e a necessidade de uma pedagogia contextualizada e inclusiva. A efetivação do direito à educação para jovens e adultos requer uma ação conjunta do Estado, da sociedade civil e dos professores e dos próprios educandos, visando garantir a qualidade do ensino e a promoção da inclusão social de um público tão diverso e multifacetado. A construção de uma EJA de qualidade é fundamental para a consolidação de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial e exercer sua cidadania plena. Pesquisas futuras devem se concentrar na avaliação de políticas públicas específicas, na análise de modelos pedagógicos inovadores e na investigação das experiências exitosas de implementação da EJA em diferentes contextos brasileiros, buscando construir um conhecimento mais robusto que possa subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Pensando nisso, e em caminhos possíveis para a qualidade do ensino na EJA, considera-se oportuno verticalizar a discussão acerca de um dos aspectos fundamentais para a consolidação de uma prática pedagógica voltada para jovens e adultos, que trata-se da aprendizagem contextualizada.

2.2 Aprendizagem contextualizada na EJA

A prática de contextualização no ensino vai além da simples adaptação do conteúdo; ela busca criar conexões entre o saber acadêmico e a vida cotidiana dos alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 28, estabelece que "os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região" (Brasil, 2010, p. 6). Isso implica que os professores devem estar atentos às especificidades de suas comunidades, utilizando-as como base para a construção do conhecimento.

A resistência em adotar métodos de ensino contextualizados muitas vezes pode vir dos próprios alunos, que se acostumaram a uma abordagem mais tradicional. Segundo McLaren (1997, p. 221), essa resistência pode ser vista como uma "rejeição à sua reformulação em objetos dóceis, onde a espontaneidade é substituída pela eficiência e pela produtividade".

Portanto, é fundamental que os educadores criem um ambiente de aprendizagem que estimule a curiosidade e o engajamento dos alunos, tornando-os protagonistas do seu processo educativo.

Em contextos rurais, a aprendizagem contextualizada se apresenta não apenas como uma estratégia pedagógica eficaz, mas como requisito essencial para buscar garantir a relevância e a significância do processo educativo. Assim, a educação de jovens e adultos, nesse ambiente, exige uma abordagem que considere a realidade e as vivências dos alunos. A contextualização do ensino se mostra uma estratégia essencial para promover uma aprendizagem significativa, onde o conhecimento não é apenas transmitido, mas associado às experiências cotidianas dos educandos. De acordo com Boldrini, Barbosa, Boldrini (2023, p. 1), "é através da contextualização que o educando consegue visualizar e até experimentar os conceitos e teorias que o professor oferece na sala de aula". Essa afirmação ressalta a importância de integrar o conteúdo curricular às realidades dos alunos, proporcionando uma compreensão mais profunda e prática do aprendizado.

A contextualização do conhecimento na EJA, na zona rural, em especial, transcende a simples adaptação de conteúdos curriculares. Ela demanda uma profunda compreensão da realidade socioeconômica, cultural e ambiental dos alunos, reconhecendo suas experiências de vida, seus saberes prévios, os anseios acerca do que desejam aprender, como ponto de partida para o processo de ensino aprendizagem.

Em áreas rurais, marcadas frequentemente pela precariedade de infraestrutura, pelo acesso limitado à tecnologia e à informação, e pela distância geográfica das escolas, a contextualização se torna um elemento fundamental para a superação das barreiras ao aprendizado. A utilização de metodologias ativas, que privilegiem a participação ativa dos alunos, a resolução de problemas contextualizados e o trabalho colaborativo, torna-se imprescindível. Atividades que integrem o conhecimento local, as práticas cotidianas e os recursos disponíveis na comunidade, como a agricultura familiar, a produção artesanal e as manifestações culturais locais, podem contribuir significativamente para a construção de um currículo relevante e significativo.

Nesse contexto, compreende-se que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, emerge como um pilar fundamental para a implementação eficaz da aprendizagem contextualizada na EJA. Essa formação precisa ir além da transmissão de conteúdo teórico, focando no desenvolvimento de competências pedagógicas que permitam aos professores. As competências pedagógicas são fundamentais para que os educadores possam desempenhar seu papel de forma eficaz. Elas incluem habilidades como planejamento de aulas, avaliação crítica

de métodos de ensino, gestão da sala de aula e a capacidade de motivar e engajar os alunos. Além disso, o desenvolvimento dessas competências deve ser contínuo, acompanhando as mudanças sociais, culturais e tecnológicas que influenciam a educação.

Um professor que possui uma sólida formação pedagógica é capaz de identificar as diferentes formas de aprendizagem entre seus alunos e, assim, personalizar suas abordagens. Isso implica em um entendimento mais profundo das teorias educacionais, bem como da prática reflexiva, onde o educador avalia constantemente suas ações e as consequências delas no processo de ensino-aprendizagem.

Um dos maiores desafios na formação docente é a resistência à mudança. Muitos professores, após anos de prática, podem se sentir confortáveis com métodos tradicionais de ensino e relutarem em adotar novas abordagens pedagógicas. Portanto, é crucial que os programas de formação incluam não apenas a teoria, mas também experiências práticas que permitam aos futuros educadores vivenciar diferentes metodologias e refletir sobre suas experiências.

Além disso, a formação deve considerar a diversidade da sala de aula contemporânea, onde alunos de diferentes origens e habilidades estão presentes. Isso demanda que os professores desenvolvam uma sensibilidade cultural e habilidades de inclusão, assegurando que todos os alunos tenham a oportunidade de participar e aprender.

Em suma, a formação de professores deve ser um processo dinâmico e abrangente, que vá além da simples transmissão de conteúdo teórico. O desenvolvimento de competências pedagógicas é essencial para que os educadores possam enfrentar os desafios do ambiente escolar atual. Para que isso ocorra, é necessário que as instituições de ensino superior e os programas de formação continuada adotem uma abordagem que valorize a prática reflexiva, a adaptação às novas realidades educacionais e a promoção de um ensino inclusivo e diversificado.

A pedagogia crítica, com suas bases teóricas em autores como Paulo Freire (1987, 1996), oferece um referencial teórico fundamental para a compreensão das práticas educativas voltadas para a emancipação dos educandos em contextos diversos, incluindo a EJA rural. A valorização do conhecimento prévio dos alunos, a construção de um diálogo crítico com a realidade social e a promoção da autonomia e da participação dos sujeitos no processo de aprendizagem são princípios norteadores da pedagogia freiriana, que se mostram particularmente relevantes para a EJA em contextos rurais. A experiência das "40 horas de

Angicos", por exemplo, demonstra a potência de uma educação contextualizada e libertadora, capaz de transformar a vida dos educandos e das comunidades em que estão inseridos.

A experiência de Angicos/RN, representa um marco na história da EJA no Brasil. Em 1963, Paulo Freire e sua equipe desenvolveram um programa de alfabetização que utilizava a metodologia da educação dialógica e da conscientização e já percebia a necessidade de uma aprendizagem significativa. A iniciativa, que ficou conhecida como as “40 horas de Angicos”, demonstrou a eficácia da alfabetização de adultos em um curto espaço de tempo. Essa experiência pioneira revelou a importância de uma educação que parte da realidade dos educandos, valoriza seus conhecimentos e experiências, e os capacita a transformar suas vidas e o mundo ao seu redor.

A legislação brasileira (Brasil, 1996; 1997; 1998; 2018) estabelece parâmetros curriculares e diretrizes nacionais para a EJA, que devem orientar as práticas pedagógicas nas zonas rurais. No entanto, a simples existência de leis e documentos oficiais não garantem a sua efetiva implementação. É necessário um esforço conjunto de diferentes atores – governos, instituições de formação de professores, escolas e comunidades – para que as políticas públicas destinadas à EJA rural sejam efetivamente traduzidas em ações concretas que promovam a qualidade e a equidade educacional. Segundo Bicalho (2018, p. 31):

Defendemos que a educação do campo, e nela, a EJA, deve articular os vários níveis de existência da vida social, a multiplicidade de representações do real e, sobretudo, o resgate das linguagens que compõem o cotidiano da história viva. Nas escolas do campo, as experiências institucionais de EJA devem garantir que a educação contribua para transformação social dos sujeitos, valorizando as várias dimensões da pessoa humana.

A EJA nas escolas do campo deve ser um reflexo das experiências e das vivências dos educandos. É fundamental que o currículo inclua as linguagens e as narrativas que compõem a identidade cultural da comunidade. Isso implica em um reconhecimento das práticas sociais, das tradições e dos saberes locais, permitindo que os alunos se vejam representados e valorizados no ambiente escolar. Essa articulação promove não apenas a inclusão, mas também a construção de um conhecimento crítico e contextualizado.

Um dos principais objetivos da EJA é a transformação social dos sujeitos envolvidos. Ao valorizar as múltiplas dimensões da pessoa humana, a educação do campo deve fomentar a autonomia e a cidadania dos educandos. Através de uma abordagem que respeite e integre as realidades locais, a EJA pode contribuir para a formação de indivíduos críticos e participativos, capazes de atuar na sociedade de forma consciente e transformadora. Portanto, a educação deve

ser um meio de empoderamento, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o fortalecimento da identidade e da dignidade humana.

A contribuição dos autores, Oliveira (2017), Bicalho (2018) e Munarim (2001) foram cruciais para uma compreensão mais aprofundada das particularidades das escolas rurais e da necessidade de uma educação que respeite a identidade cultural e as experiências dos estudantes. Suas pesquisas revelam a importância de se considerar as especificidades locais na elaboração e implementação de projetos pedagógicos, garantindo que a educação seja um instrumento de empoderamento e inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. O processo de aprendizagem na EJA é um tema que merece destaque, pois vai além da simples transmissão de conteúdo.

Segundo Costa e Conceição (2019, p. 93), "a escola é um espaço de construção, reconhecimento e ascensão social". Isso implica que a EJA deve ser vista como um espaço onde os alunos não apenas adquirem conhecimento, mas também reconhecem seu valor social e cultural. A aprendizagem contextualizada é fundamental nesse sentido, pois permite que os estudantes relacionem o que aprendem com suas experiências de vida, promovendo uma educação mais significativa e transformadora.

A discussão sobre os direitos à educação é central para a EJA, especialmente considerando que muitos alunos enfrentam barreiras significativas para acessar a educação formal. A inserção precoce no mercado de trabalho muitas vezes resultou na negação do direito à educação, o que evidencia a necessidade de uma abordagem que valorize as vivências dos estudantes. Costa e Conceição afirmam que "a escola cidadã possibilita aos estudantes a superação das trajetórias de vida" (2019, p. 93), ressaltando a importância da EJA como um meio para resgatar esses direitos e promover uma inclusão efetiva.

A EJA deve ser um reflexo da diversidade cultural presente na sociedade. Freire (2011, p. 62) enfatiza que "o respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola". Esse respeito às experiências dos alunos é fundamental para criar um ambiente inclusivo, onde cada indivíduo se sinta valorizado por seu conhecimento prévio. A inclusão, na EJA, deve reconhecer e integrar esses saberes, enriquecendo o processo educativo.

A motivação dos alunos da EJA está frequentemente ligada ao desejo de melhorar suas condições de vida. Como observado por Costa e Conceição (2019), "o retorno à escola está diretamente ligado às situações cotidianas" (p. 112). Isso significa que as práticas educativas devem ser adaptadas às necessidades reais dos estudantes, promovendo uma aprendizagem que

não apenas informe, mas que também construa empoderamento nos alunos potencializando suas trajetórias pessoais.

A interação social desempenha um papel crucial no processo educativo. Vygotsky (1996, p. 27) argumenta que "não existe desenvolvimento cognitivo se não almejar metas alcançáveis a partir do conhecimento inicialmente já consolidado". Isso sugere que as práticas pedagógicas na EJA devem incentivar a colaboração entre os alunos, permitindo a troca de saberes e experiências. Essa interação não apenas enriquece o aprendizado individual, mas também fortalece o senso de comunidade entre os estudantes.

Assim, a formação dos educadores que atuam na EJA é vital para o sucesso das práticas inclusivas e contextualizadas. De Aquino (2007, p. 1) destaca que "trabalhar com a EJA exige do professor uma ação política além da transmissão de conteúdo". Isso implica uma preparação adequada dos educadores para reconhecer as particularidades dos alunos e criar ambientes de aprendizado significativos. A formação contínua é essencial para capacitar os professores a desenvolverem metodologias que respeitem e valorizem as experiências dos estudantes.

Festas (2015, p. 713) enfatiza a relevância da aprendizagem contextualizada no atual panorama educativo, afirmando que "a ideia da contextualização do conhecimento, do ensino e da aprendizagem ocupa grande relevância no atual panorama educativo". Isso sugere que a educação deve ser centrada nas experiências dos alunos, respeitando suas vivências sociais e culturais. A autora argumenta ainda, que "os currículos devem basear-se na experiência dos alunos e não em conteúdos acadêmicos" (Festas, 2015, p. 714). Essa afirmação é crucial, pois indica que a educação deve ser relevante e aplicável à vida dos alunos, promovendo um aprendizado significativo, contextualizado.

A teórica alerta também que a importância de atividades autênticas deve ser um ponto central na implementação e inclusão da aprendizagem contextualizada "[...] sob a forma de problemas, casos ou projetos" (Festas, 2015, p. 714). Isso implica que os alunos devem ser envolvidos em projetos que reflitam desafios reais, o que pode aumentar o engajamento e a retenção do conhecimento. Assim, ela aborda a necessidade de métodos pedagógicos que não sejam diretivos, afirmando que "os métodos pedagógicos, sendo centrados nos alunos, exigem o recurso à não diretividade, afastando-se da instrução direta" (Festas, 2015, p. 715). Isso sugere, portanto, uma mudança de paradigma na educação, onde o papel do professor é mais de facilitador do que de transmissor de conhecimento.

Festas (2015, p. 721) menciona a Teoria da Carga Cognitiva, que enfatiza a importância de "promover a aquisição de conhecimentos de domínios de especialidade e não de estratégias

gerais de resolução de problemas". Essa teoria pode ajudar a entender como estruturar o ensino para facilitar a aprendizagem, evitando a sobrecarga cognitiva dos alunos.

3 METODOLOGIA

Este estudo enquadrrou-se na pesquisa de campo que é uma metodologia fundamental e que permite ao pesquisador interagir diretamente com o ambiente e os sujeitos da pesquisa, proporcionando uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos em estudo. Conforme Carlos Gil (2019), ela se caracteriza pela observação direta e pela interação com os participantes, buscando captar as nuances e particularidades de uma realidade específica. Essa abordagem permite que o pesquisador obtenha informações ricas e detalhadas, fundamentais para a análise qualitativa. Desse modo, é válido destacar que a pesquisa foi inicialmente respaldada em uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas e suas especificidades, as quais forneceram suporte para compreender melhor o contexto investigado, bem como um aparato para nossas discussões e reflexões. Além disso, aliado a um conhecimento mais aprofundado acerca da temática foram realizadas observações de aulas na modalidade de jovens e adultos.

Foi utilizada também a aplicação de um questionário, como método de procedimento para coleta de dados, o que nos permitiu um maior conhecimento e imersão no contexto escolar, captando a partir da percepção dos docentes as suas práticas pedagógicas e como lidam ou não com a aprendizagem contextualizada. O questionário foi desenvolvido na plataforma *Google Forms* e continha um total de dez perguntas subjetivas. Essas perguntas foram elaboradas com o intuito de abordar aspectos relevantes da prática pedagógica dos docentes. A aplicação do questionário se deu através do envio do *link* para os participantes via aplicativo *WhatsApp*, uma ferramenta de comunicação amplamente utilizada na atualidade. O uso do *WhatsApp* facilitou o acesso e a agilidade na resposta dos professores, considerando o contexto rural e as limitações de deslocamento que podem existir.

Os professores tiveram um prazo de um mês para responder ao questionário, o que se mostrou adequado para garantir que os participantes tivessem tempo suficiente para refletir sobre as questões propostas e fornecer respostas ponderadas. Este intervalo também foi importante para a coleta de dados em ambientes onde a rotina escolar pode ser intensa e as demandas profissionais numerosas. Ressalta-se que a escolha desse método de coleta de dados, aliada ao prazo estipulado, demonstra uma preocupação em respeitar o tempo e a

disponibilidade dos docentes, o que pode impactar positivamente na qualidade das respostas obtidas.

Acerca dos resultados e discussão dos dados, pode-se afirmar que foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, buscando identificar padrões, categorias e temas recorrentes nas falas dos professores. Isso permitiu a sistematização e interpretação dos dados, identificando os principais desafios e as estratégias utilizadas pelos participantes para contextualizar o ensino especificamente no contexto investigado. Destaca-se, que buscou-se nesta etapa integrar teoria e prática através da interação direta com os sujeitos da investigação, de modo a permitir que o pesquisador possa obter *insights* valiosos que vão além das estatísticas e números, ou seja, permitindo uma análise mais rica e contextualizada.

A pesquisa seguiu os princípios éticos da pesquisa em educação, garantindo o anonimato dos participantes. Os professores foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a forma de coleta de dados e o uso das informações coletadas. O anonimato será garantido por meio da utilização de pseudônimos e da não identificação da escola. Os participantes tiveram o direito de recusar ou interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do questionário aplicado com os três professores participantes revela percepções importantes acerca da aprendizagem contextualizada na EJA em contexto rural. As respostas foram examinadas na sequência das questões propostas, possibilitando identificar pontos de convergência, desafios enfrentados e estratégias utilizadas pelos docentes, sempre em diálogo com o referencial teórico adotado. Informa-se que os três participantes serão mencionados aqui como Participante 1, Participante 2 e Participante 3.

A primeira questão, que visava buscar informações acerca da formação acadêmica, da atuação na EJA e se já haviam feito formações voltadas para o ensino na modalidade de jovens e adultos. A partir dela, identificou-se que os Participantes 2 e 3 possuem licenciatura em Pedagogia e o 1 não informou se possui nível superior e qual curso; no que diz respeito a atuação na EJA o participante 1 afirmou ter quatro anos de experiência, o 2 relatou que está inserido “sempre que tem oportunidade”, e o 3 destaca que atua apenas a cinco meses, mas que já teve experiência em 2008 no programa Brasil Alfabetizado. Porém, o que chama mais atenção, neste primeiro momento, é que nenhum deles, afirmou ter participado de formações voltadas para a

EJA nem de uma maneira mais geral, nem de forma específica voltada para o contexto da modalidade nas zonas rurais.

Esse último dado, principalmente reforça a constatação de Catelli Jr. (2019) sobre a ausência de um lugar próprio da EJA na BNCC e a falta de políticas públicas consistentes de formação docente para essa modalidade. Além disso, a fala dos participantes nos direciona para o pensamento de, De Aquino (2007), ao refletir que o trabalho com o processo de aprendizagem dos jovens e adultos requerem do professor uma ação política que vai além da transmissão de conteúdo, requer preparo específico e continuado a fim de prepará-los para entender suas reais necessidades a partir também da compreensão dos espaços aos quais estão inseridos. Desse modo, é lícito refletir, que sem dúvida, os docentes respondentes do questionário, devem ter dificuldades ao pensar um ensino aprendido contextualizado.

Na segunda questão, os professores foram direcionados a destacarem como compreendem o conceito de aprendizagem contextualizada e qual é, na sua opinião, sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. Acerca desses aspectos os colaboradores da pesquisa afirmaram: “leva o desenvolvimento de cada um” (Participante 1); “ótima oportunidade para quem não estudou no tempo certo” (Participante 2); “a importância da aprendizagem contextualizada como uma transformação social e individual” (Participante 3). Observa-se com base nos posicionamentos dos professores que eles não constroem um entendimento voltado para um conceito que reconheça a aprendizagem contextualizada como uma estratégia pedagógica que direciona-se para a construção do conhecimento com significado, ou seja, que valoriza a experiência dos alunos e a toma como ponto de partida para a construção do saber e do seu desenvolvimento crítico (Festas, 2015). Vale destacar que é este reconhecimento ligado aos saberes pessoais e ao pertencimento a um grupo, racial ou étnico, que permite a inserção de temas considerados “marginais” à escola, e propicia o desencadeamento de sujeitos críticos que passam a compreender os espaços em que estão inseridos. Sendo assim, a adoção de um currículo engessado e a reprodução de conhecimentos não dão conta da formação desses indivíduos, haja vista que “A educação não é um ato de depositar, mais um ato de criar” (Freire, 1987, p. 88). No entanto, apesar de não demonstrarem reconhecer em termos conceituais a aprendizagem contextualizada, os participantes colocam em evidência a importância deste tipo de aprendizagem, inclusive apontando-a como um dos aspectos que pode contribuir com a formação social e individual.

Quanto aos principais desafios enfrentados pelos docentes para adaptar os conteúdos à realidade dos estudantes (questão três), obtivemos as seguintes respostas:

Participante 1 - O tempo. Porque a maioria trabalha na agricultura.

Participante 2 - Falta de material, por exemplo, livros adequados ao nível de conhecimento dos estudantes.

Participante 3 - Com diferentes níveis de escolaridade, experiência de trabalho e familiares, torna-se desafiador um método de ensino que atenda às necessidades de todos

(Coleta de dados, 2025).

No que se refere a resposta do participante 1, observa-se um possível desvio de entendimento acerca da pergunta, pois associou as dificuldades de adaptação dos conteúdos a realidade dos educandos que, em sua grande maioria, trabalham na agricultura e, portanto não dispõem de tempo. Seguindo, ao fazer uma análise dos relatos, constata-se que as falas dos participantes 2 e, principalmente do 3, demonstram uma maior coerência com os obstáculos, que envolvem a seleção e a organização de conteúdos adaptados para uma aprendizagem significativa para os educandos jovens e adultos ao evidenciar os diferentes níveis de escolaridade dos alunos e suas experiências de trabalho e familiares, o que desperta um olhar para a heterogeneidade presente em todas as etapas e modalidade de ensino, mas, que de forma específica na EJA, é bem mais perceptível. Esse pensamento aliado a falta de materiais apontado pelo participante 2, aproximam das observações de Bicalho (2018), que defende a necessidade de condições mínimas de infraestrutura, bem como a adoção de metodologias que proporcionem aos estudantes atuarem como sujeitos do próprio processo, a medida que se reconhecem e dão sentido na aprendizagem que se está propondo a construir. Salienta-se ainda, que a diversidade de trajetórias e a sobrecarga de responsabilidades dos educandos reforçam o argumento de que a EJA não pode ser conduzida a partir de um currículo homogêneo e rígido, de modo a não permitir que os docentes tenham autonomia para selecionar aqueles conhecimentos que considera que serão mais significativos e, conseqüentemente melhor aplicado pelos estudantes na sua vida cotidiana.

[...] os sujeitos da EJA são educandos provenientes de diversas camadas sociais, culturais, étnicas, o que os torna pessoas com diversas experiências e, por isso, precisam ser pensados visando à diferença. [...] pensando na identidade desses educandos da EJA como heterogênea, sujeita a transformações, caracterizada por diferentes etapas da vida, é que poderemos romper com a exclusão, a desigualdade e desenvolver práticas pedagógicas significativas e que tenham sentido para esses indivíduos (Dorneles; Cardoso; Carvalho, 2021, p. 247).

Acrescenta-se a isso, o fato de que atualmente a EJA, vem passando por uma mudança de perfil substancial, pois tem havido cada vez mais a presença de jovens nessa modalidade,

que deixou de ser exclusiva para aqueles pessoas que não tiveram acesso ao ensino da idade correta e que retornam aos estudos anos depois com vistas ao término dos estudos ou mesmo a qualificação para a busca de um emprego melhor e/ou uma promoção. Estes jovens e adolescentes que chegam por diferentes motivos, entre eles não conseguir acompanhar o ensino regular, ou em diversos casos, por vir de um histórico de fracasso escolar, torna a EJA mais ainda heterogênea (Dorneles; Cardoso; Carvalho, 2021). O educador, nesse caso, tem um desafio ainda muito maior, que além da diversidade sociais, culturais precisa lidar com os diferentes níveis de aprendizagem que estão relacionados com o desenvolvimento e a idade de cada um.

A questão quatro, indagava de que forma as vivências e as realidades socioculturais dos estudantes influenciam na prática pedagógica docente e se elas são levadas em consideração no planejamento das aulas. Acerca desse questionamento, todos os participantes afirmaram levar em conta as experiências e vivências de seus alunos, porém torna-se significativo evidenciar de forma complementar a fala de dois deles: “Transformando a realidade deles em prática. [...]” (Participante 2); “De forma a criar um ambiente de aprendizagem significativo e inclusivo. Para promover um aprendizado mais duradouro e produtivo. [...]”.

Pensar uma aprendizagem a partir das realidades construindo situações-problema e/ou projetos contribuem de forma significativa para a produção do conhecimento quando se trata do público da EJA, pois o conhecimento prévio em consonância com os novos saberes sistematizados ganham notoriedade e tornam-se concretos à medida que conseguem perceber a aplicabilidade nas suas vidas cotidianas, o que permite uma atuação muito mais ativa na sociedade. Assim, postula-se que as práticas pedagógicas implementadas resultaram em um aumento significativo no engajamento dos alunos. A troca de experiências e a construção de um ambiente de respeito mútuo contribuíram para um aprendizado mais significativo e produtivo, tal qual afirma o referido participante.

A quinta questão, intencionava investigar possíveis estratégias pedagógicas que os docentes utilizou com o objetivo de aproximar o conteúdo escolar da realidade dos alunos e segundo eles, quais delas apresentaram resultados mais significativos. Obteve-se as seguintes respostas:

Participante 1 – Tudo é relacionado ao que está ao seu redor. A maneira que eles convivem.

Participante 2 – Utilizar palavras do dia a dia de cada aluno como recurso de escrita e aprendizagem, todas.

Participante 3 – Aprendizagem baseada em problemas, contação de histórias e uso da tecnologia, pois estimula a criatividade e proporciona muitos benefícios ao aluno.

(Coleta de dados, 2025).

Como pode-se perceber foram mencionadas algumas estratégias pedagógicas utilizadas, as quais direcionam para uma compreensão de que existe um cuidado por parte dos professores em valorizar o cotidiano, as experiências e as necessidades dos alunos da EJA. Contudo, faz-se oportuno destacar as estratégias da participante 3 que aponta entre outras, a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e o uso da tecnologia, como formas de potencializar a criatividade e de proporcionar benefícios para os alunos. Ressalta-se que a ABP é uma metodologia de ensino aprendizagem em que um problema, normalmente observado ou identificado em um determinado contexto real e em que os sujeitos estão inseridos, é usado para o início de uma discussão ou conceito de forma mediada pelo docente. ABP, portanto aliada com a tecnologia como menciona a participante 3, surge e caracteriza-se como uma nova forma eficaz de ensinar e aprender, contrapondo-se a metodologias consideradas mais tradicionais. Sobre quais estratégias funcionam de forma mais significativa, apenas o participante 2, afirmou que todas, apesar de ter mencionado apenas uma em específico.

Essas estratégias, ao aproximarem o conteúdo escolar da realidade dos estudantes, refletem a orientação dos PCNs (Brasil, 2001) de que o conhecimento deve ser mobilizado em diferentes situações. Além disso, reforçam a visão de Festas (2015) sobre a importância de atividades autênticas para tornar o aprendizado relevante à medida que conseguem aplicar ou visualizá-lo de forma concreta. Essa prática não só enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a construção de um currículo que reflita a realidade dos alunos, conforme sugere a legislação brasileira (BRASIL, 2010). As metodologias ativas são essenciais para a EJA, promovendo a interação e o engajamento dos alunos. A valorização das experiências de vida dos educandos enriquece o aprendizado, permitindo que temas relevantes, como finanças pessoais e cidadania, sejam abordados. Além disso, práticas como dinâmicas em grupo e contação de histórias ajudam a criar um ambiente acolhedor e inclusivo.

Na sequência (questão 6), ao serem questionados sobre como avaliam o currículo da EJA na escola em que trabalham e se ele oferece flexibilidade para adaptações que levem em conta as especificidades do meio rural, forneceram as seguintes informações.

Participante 1 – Sim. Nos horários que dá certo de iniciar as aulas.

Participante 2 – Ótimo, sim.

Participante 3 – Um espaço de aprendizagem significativo, pois valoriza a experiência dos alunos e busca o conhecimento com a realidade. Sim!

(Coleta de dados, 2025).

Todos os participantes corroboram com a ideia de que existe flexibilidade. No entanto, como lembra Catelli Jr. (2019), essa flexibilidade é muitas vezes insuficiente, pois a própria BNCC não garante um espaço específico para a EJA, dificultando a construção de currículos realmente diferenciados e contextualizados. No que concerne a uma avaliação acerca do currículo, apenas o participante 3, preocupou-se em demonstrar uma reflexão mais crítica, ao frisar que o currículo é uma oportunidade de valorizar as experiências dos alunos, tal como propõe a aprendizagem contextualizada.

É válido salientar, que essas questões relacionadas a aprendizagem dos alunos da EJA, ultrapassam o currículo e é refletida também nos espaços físicos, que nunca ou quase nunca, são pensados de forma adequada para receber jovens e adultos, haja vista que o processo de ensino aprendizagem se efetiva em salas de aulas utilizadas em outros horários, para o ensino regular. Como pôde-se observar através de visitas a escola, em muitos casos, a situação chega ser ainda mais complexa, quando são alocados em espaços voltados para a educação infantil, o que desencadeia um olhar infantilizado para o indivíduo adulto.

É sempre bom realçar que o diálogo na Educação de Jovens e Adultos exige o reconhecimento de que a relação pedagógica se constitui entre adultos. Essa observação é importante porque, como já dito, a infantilização ainda caracteriza práticas educativas destinadas a esse público, não apenas quando se utiliza, durante o processo de alfabetização, o mesmo material didático elaborado para as crianças, mas também quando as relações estabelecidas em sala de aula desconsideram características da vida adulta [...] (Maciel *et al.*, 2021, p. 45).

Durante as observações no campo investigado, foi possível presenciar diversas vezes as reclamações dos alunos a respeito de dores nas pernas e nas costas, resultado do uso de cadeiras pequenas e mesas inadequadas, em um ambiente claramente pensado para crianças, com paredes decoradas de forma infantilizada. Para que pudessem estudar com um mínimo de dignidade, muitas vezes carregávamos birôs e cadeiras de professores de outras salas, buscando oferecer-lhes maior conforto. O olhar de agradecimento e de pertencimento ficavam estampados. Relataram que gostariam de ter mais pessoas assim em suas vidas, pois algo aparentemente simples fazia enorme diferença naquela sala de aula. Ao mesmo tempo, a sensação de que ainda havia muito mais a ser feito era frustrante, revelando uma longa caminhada pela frente. Contudo, foi justamente ali, naquele espaço, que despertou o desejo de fazer mais. Estes alunos, sem dúvidas, querem sentir-se pertencentes ao lugar, ser reconhecidos, notados e valorizados pela sociedade.

Em relação aos obstáculos estruturais que dificultam a implementação de práticas contextualizadas na EJA rural (questão sete), os participantes informaram: “A falta de materiais didáticos” (Participante1); “A falta de material adequado à realidade do estudante e o horário” (Participante 2); “Infraestrutura inadequada, dificuldade de acesso, formação docente insuficiente e evasão escolar” (Participante 3). Esses elementos confirmam o diagnóstico de Bicalho (2018) acerca das escolas localizadas no campo, pois além de evidenciarem a carência de recursos e as condições de materiais ainda reforça que este continua sendo um dos maiores entraves para a efetividade da aprendizagem contextualizada. A carência de políticas públicas específicas e a ausência de um espaço próprio para a EJA na BNCC também se apresenta como uma dificuldade para a implementação de uma educação contextualizada e significativa. Embora as salas de aula sejam adequadas para crianças, elas não atendem às necessidades dos jovens e adultos. Nessa perspectiva, entende-se que a ausência de espaços adaptados e recursos adequados é um entrave significativo para a aprendizagem e participação dos estudantes.

Na questão 8, os professores responderam com base em suas experiências, que tipo de apoio pedagógico e institucional seriam fundamentais para fortalecer a prática da aprendizagem contextualizada na EJA, de forma específica na zona rural. Sobre este aspecto, ressaltaram a necessidade de maior apoio pedagógico e institucional, bem como destacaram a importância da compreensão das autoridades e da valorização das experiências de vida dos alunos. O participante 3, por exemplo, afirmou: “São fundamentais apoios pedagógicos e institucionais para valorizar a experiência de vida dos alunos e ofertar materiais didáticos, e apoio de programas socioeconômico”. Essa perspectiva converge com Munarim (2014), ao defender que a aprendizagem contextualizada na EJA depende também de políticas públicas integradas e de articulação com a comunidade.

O apoio pedagógico e institucional pode fazer uma grande diferença no aprendizado dos alunos. Quando as autoridades compreendem essa necessidade e valorizam as experiências de vida dos estudantes, isso não só enriquece o ambiente educacional, mas também promove um sentimento de pertencimento e motivação. Os educadores, ao reconhecerem as vivências dos discentes, conseguem adaptar suas abordagens e tornar o ensino mais significativo e eficaz. As práticas pedagógicas que incorporam essas experiências ajudam a criar um espaço onde os alunos se sentem vistos e ouvidos, o que pode aumentar seu engajamento e desempenho. Portanto, é fundamental que haja um diálogo constante entre educadores, autoridades e a comunidade escolar para construir um sistema educacional mais robusto e adaptável às realidades dos educandos, em especial, da EJA.

Na questão nove, os educadores foram convidados a refletir sobre quais mudanças ou elementos deveriam ser incorporados à formação inicial e continuada dos professores da EJA, de modo a prepará-los melhor para atuar em contextos rurais com uma abordagem contextualizada. As respostas foram as seguintes:

Participante 1 – Ter mais conforto e confiança. Ter bastante material pedagógico e acompanhamento da escola.

Participante 2 – Que tivesse mais formação preparatória para os professores que atuam na educação de jovens e adultos.

Participante 3 – Formação continuada, para garantir uma educação mais significativa e eficaz para os jovens e adultos, favorecendo o desenvolvimento pessoal e social desses alunos.

(Dados coletados, 2025).

As falas evidenciam a centralidade da formação docente como condição para a efetivação de uma prática pedagógica contextualizada. Enquanto o Participante 1 ressalta a necessidade de apoio institucional e de recursos didáticos que garantam maior segurança ao professor em sala de aula, os Participantes 2 e 3 enfatizam a urgência de uma formação específica e continuada voltada para a realidade da EJA. Essa percepção vai ao encontro do que defende Freire (1996), ao destacar que a formação permanente é indispensável para que o educador desenvolva uma prática crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social. A realidade da EJA demonstra, entretanto, que ainda há um distanciamento entre as diretrizes e a prática.

A ideia defendida por Catelli Jr. (2019), de que a EJA ocupa um não-lugar na BNCC, evidencia o descaso histórico e a falta de investimentos destinados a essa modalidade, inclusive no que se refere à formação continuada dos docentes. Como grande parte das políticas públicas se estrutura a partir de documentos oficiais, a ausência de um capítulo específico na BNCC enfraquece ainda mais as iniciativas voltadas à EJA. A exclusão da modalidade na versão final da BNCC demonstra a inexistência de uma política curricular consistente para esse público, resultando em práticas pedagógicas descontextualizadas e na perpetuação da exclusão escolar. A simples menção a “jovens e adultos”, sem considerar suas particularidades, apenas reforça a invisibilidade da EJA no cenário educacional. Dessa forma, a BNCC pouco contribui para a efetivação do direito à educação de jovens e adultos. Torna-se imprescindível a construção de currículos flexíveis e adaptáveis às trajetórias, condições de vida e saberes dos educandos, em sintonia com os princípios da educação popular e com a perspectiva freiriana, que valoriza as experiências de vida como ponto de partida para uma aprendizagem significativa.

Assim, torna-se urgente que as políticas públicas priorizem a EJA com ações concretas e sustentáveis, promovendo a formação continuada como eixo estruturante. Somente com professores preparados, respaldados por materiais adequados e políticas consistentes, será possível assegurar uma aprendizagem verdadeiramente significativa e contextualizada para jovens e adultos em contextos rurais.

Por fim, na questão dez, os docentes participantes foram indagados sobre como percebem o papel da comunidade local no processo educativo dos alunos da EJA e de que maneira a comunidade pode contribuir para valorizar e fortalecer a aprendizagem contextualizada. Nesse sentido, os professores destacaram:

Participante 1 – A presença firme de cada um.

Participante 2 – Boa, mais acredito que precisamos de mais incentivos por parte das autoridades do município. Participante 3 – Acredito que é de suma importância, pois atua como suporte fundamental para a retomada dos estudos. É essencial no processo educativo para contribuir para um ambiente de aprendizagem mais acolhedor.

(Dados coletados, 2025).

As falas revelam uma percepção compartilhada de que a comunidade local é parte integrante do processo educativo. O Participante 1 destaca a importância da presença e do compromisso individual, sugerindo que a participação ativa fortalece vínculos e legitima a escola como espaço de pertencimento. Os Participantes 2 e 3 reforçam a ideia de que a comunidade atua como suporte essencial, não apenas para a retomada dos estudos, mas também para a criação de um ambiente mais acolhedor, o que se mostra crucial para estudantes que enfrentam trajetórias de exclusão e interrupções escolares.

Essas percepções dialogam com Oliveira (2017) e Costa e Conceição (2019), que compreendem a EJA como espaço de ascensão social e fortalecimento comunitário, em que a escola vai além da mera transmissão de conteúdos e se consolida como núcleo de integração, pertencimento e cidadania. A participação comunitária, nesse sentido, não é acessória: ela se configura como um eixo estruturante para garantir permanência e aprendizagem significativa, ampliando o papel da EJA como instrumento de transformação social.

A experiência na EJA destacou a importância de um ensino que vá além do conteúdo acadêmico, enfatizando a valorização das histórias e experiências dos alunos. Cada estudante é uma fonte de aprendizado e inspiração, e a educação pode ser um poderoso agente de transformação social. O compromisso em criar um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades dos alunos é fundamental para a inclusão e a promoção do direito à educação. A

EJA, especialmente em contextos rurais, enfrenta desafios significativos, mas também apresenta oportunidades valiosas para a transformação social. A valorização das vivências e conhecimentos prévios dos alunos, a flexibilidade curricular e a formação continuada dos educadores são essenciais para superar as barreiras existentes e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, os resultados evidenciam que, embora existam avanços na compreensão da importância da aprendizagem contextualizada, persistem desafios estruturais e pedagógicos significativos que limitam sua efetivação. A valorização das vivências, a flexibilidade curricular e a formação continuada aparecem como eixos centrais para a superação dessas barreiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou a relevância da aprendizagem contextualizada na EJA, em uma escola da zona rural de Santana do Matos/RN, a partir das percepções de professores sobre essa prática pedagógica. Os resultados evidenciam que, embora os docentes reconheçam a importância de vincular os conteúdos escolares às vivências e saberes dos educandos, sua atuação é permeada e atravessada por desafios estruturais e pedagógicos, tais como a escassez de recursos, a ausência de formações específicas voltadas para a modalidade e a fragilidade de políticas públicas que contemplem as singularidades da EJA.

A análise das respostas ao questionário revelou que a aprendizagem contextualizada, mesmo quando não plenamente compreendida em seus fundamentos teóricos, é percebida como essencial para o engajamento e a permanência dos estudantes no âmbito escolar, além de ser considerada um meio de inclusão social e transformação individual e coletiva. Destaca-se que os professores buscam, ainda que de forma incipiente, adotar metodologias relacionadas à realidade dos alunos, como a ABP, o uso de narrativas do cotidiano e a integração de recursos tecnológicos. Essas práticas mostram-se eficazes para fortalecer o sentimento de pertencimento e valorizar os conhecimentos prévios dos educandos.

Outro aspecto relevante identificado foi a heterogeneidade do público da EJA, caracterizada pela diversidade de idades, trajetórias escolares interrompidas, experiências de trabalho e responsabilidades familiares. Essa diversidade, que inclui desde jovens com histórico de fracasso escolar até adultos que conciliam estudo e trabalho na agricultura, impõe ao professor o desafio de elaborar estratégias que atendam às reais necessidades formativas distintas em uma mesma turma. Esse dado reforça a inadequação de currículos homogêneos e

rígidos, confirmando a necessidade de práticas mais flexíveis e adaptadas às especificidades socioculturais dos estudantes.

A investigação também evidenciou que a formação docente continuada é condição indispensável para a efetivação da aprendizagem contextualizada. A ausência de preparo específico foi apontada como um dos maiores entraves à construção de práticas pedagógicas significativas, revelando que os educadores muitas vezes atuam de forma intuitiva ou adaptada às circunstâncias. Nesse sentido, investir na formação crítica, reflexiva e voltada à realidade da EJA representa não apenas um aprimoramento da prática pedagógica, mas também um compromisso com a qualidade e a equidade educacional. Além disso, os dados indicam que a articulação entre escola, comunidade e políticas públicas constitui um fator determinante para o fortalecimento da EJA em contextos rurais. A comunidade foi reconhecida como parceira essencial, tanto por oferecer suporte simbólico quanto por legitimar a escola como espaço de pertencimento dos educandos

Diante desse cenário, conclui-se que a aprendizagem contextualizada não deve ser concebida apenas como um recurso didático, mas como um princípio estruturante para a EJA, especialmente em áreas rurais. Sua efetividade, contudo, depende da superação dos entraves materiais e pedagógicos, da valorização da diversidade dos educandos e da garantia de formação continuada para os professores.

Assim, a construção deste trabalho demonstrou, que ao integrar saberes locais e reconhecer a pluralidade dos sujeitos, a EJA reafirma seu papel como espaço de emancipação e justiça social. Investir em políticas públicas específicas, em currículos flexíveis e em formação docente permanente é condição indispensável para que a modalidade cumpra plenamente sua função de garantir o direito à educação, promovendo a cidadania e possibilitando que os educandos se reconheçam como agentes de transformação em suas comunidades.

REFERÊNCIAS

BICALHO, R. A Formação do Educador de Jovens e Adultos e os Movimentos Sociais do Campo. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BOLDRINI, D.; BARBOSA, L. T.; BOLDRINI, T. **A importância do ensino contextualizado no processo de aprendizagem**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Biológicas e Educação Física) – Faculdade Norte Capixaba de São Mateus, São Mateus, ES, 2019.

CATELLI JR, R. O não-lugar da Educação de Jovens e Adultos na BNCC. **Educação é a Base**, v.23, p. 313-318, 2019.

COSTA, A. B. D. de C.; CONCEIÇÃO, A. P. S. da. O processo de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA): vozes dos cidadãos da resistência. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 02, n. 03, p. 93-112, 2019.

DORNELES, C. L.; CARDOSO, A. A.; CARVALHO, F. A. H. de. A educação de jovens e adultos na perspectiva das Neurociências. **Rev. Psicopedagogia**, 2012; 29(89): 244-55.

FESTAS, M. I. F. A aprendizagem contextualizada: análise dos seus fundamentos e práticas pedagógicas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 713-728, jul./set. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra, 2005.

GIL, C. A. **A pesquisa qualitativa em educação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MACIEL, F. I. P. *et al.* **Alfabetização e letramento de jovens e adultos: carta aberta**. Belo Horizonte: UFMG/FAE/CEALE, 2021.

MUNARIM, A. Educação de Jovens e Adultos Agricultores: Um Problema de Política Pública e Cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 240, p. 1-18, 2014.

OLIVEIRA, I. A. de. Educação de Jovens e Adultos e sua Interface com a Educação do Campo: Análise da Produção em Periódicos. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 22, p. 1-20, 2017.